

<https://www.dropbox.com/home/UFPE/Graduação/2024-2/Economia>

		2a	5a	Assunto	Aula nº
nov	11	x		Ricardo Borges	1
	14		x	Ricardo Borges	2
	18	x		Ricardo Borges	3
	21		x	Ricardo Borges	4
	25	x		Ricardo Borges	5
	28		x	-	
dez	2	x		-	
	5		x	Judiciário + Burocracia (81 a 129)	6
	9	x		Executivo + Legislativo (131 a 182)	7
	12		x	Regulação + Federalismo (183 a 223)	8
	16	x		Exercício 1	9
	19		x	Prova 1	10
Recesso					

		2a	5a	Assunto	Aula nº
jan	27	x			11
	30		x		12
fev	3	Feriado			
	6	Feriado			
	10	x			13
	13		x		14
	17	x			15
	20		x		16
	24	x			17
	27		x		18
mar	3	x			19
	6		x		20
	10	x			21
	13		x		22
	17	x			23
	20		x		24
	24	x			25
	27		x		26
	31	x			27
abr	3		x		28
	7	x		Exercício 2	29
	10		x	Prova 2	30
	14	x		Segunda chamada	31
	17		x	Prova final	32
	19	lançar notas			

Aula 6

Judiciário + Burocracia
(págs. 81 a 129)

Capítulo 3

Judiciário: entre a Justiça e a Política

ROGÉRIO BASTOS ARANTES

- Instituição judicial e política
- Importância no sistema político
- https://youtu.be/j35_MTfQnKk?si=MFFduGhZBvSh7UIX



Duas tradições

Modelo norte-americano (1787)

- Limitação do legislativo para prevenir arbítrio e tirania
- Judiciário elevado a poder político, na defesa do cidadão (especialmente sua propriedade) contra abusos da maioria
- Controle de constitucionalidade das leis

Modelo francês (1789)

- Fortalecimento do legislativo para combater monarquia absolutista
- Judiciário sem poderes políticos, responsável apenas por arbitrar conflitos particulares (comum, civil, criminal)
- Nada se interpõe contra a soberania popular, representada pela maioria

Judiciário no século XX

- Revisão judicial adotada em vários países
- Decisões da Suprema Corte americana sobre regulação econômica e direitos civis
- Cortes constitucionais especializadas (modelo austríaco)
- Instância de garantia de direitos sociais e coletivos
- Demandas de novos movimentos sociais (causas ambientais, minorias)

Brasil

- Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho (anos 30)
- Juizados Especiais de Pequenas Causas
- Configuração híbrida do controle constitucional (difuso e concentrado)
- Alta acessibilidade (agentes legitimados para ADIs)
- STF acumula veto ao legislativo e tribunal da federação
- Ação Civil Pública para direitos difusos e coletivos
- Ministério Público independente
- Debate público sobre crise e reforma
- Fiscalização e controle pelo Conselho Nacional de Justiça

Capítulo 4

Administração pública e burocracia

ANTÔNIO AUGUSTO PEREIRA PRATES

- Burocracia weberiana
- Modelo de administração gerencial
- Brasil
 - Anos 30
 - Reforma da Gestão Pública (anos 90)
 - Controles, avaliação e monitoramento



Gabriela Spanghero Lotta

gabriela.lotta@fgv.br

Professora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi professora visitante em Oxford (Blavatnik School of Government), Aalborg (Dinamarca), em Bern (Suíça), na Universidad del Chile e na PUC Peru. Doutora em Ciência Política pela USP, mestre e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP. É pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e bolsista produtividade 2 do CNPQ. É coordenadora da rede de estudos latino-americanos de burocracia de nível de rua da CLACSO e vice-coordenadora do RC27 (estruturas of governança) da IPSA. É editora associada da revista JPART e da RAP, além de membro do corpo editorial de diversas revistas internacionais, incluindo a PAR, PAD, JCPA, entre outras. É membro da Câmara Técnica de transformações do estado do Conselho da Presidência da República (Conselhão) e preside o grupo de trabalho para elaboração do Sistema Nacional de Direitos Humanos. Em 2021 foi nomeada como uma das 100 acadêmicas mais influentes do mundo na área de governo pela organização Apolitical.

Artigos:

Kuhlmann, E., Lotta, G., Dussault, G., Falkenbach, M., Correia, T. [The Workforce Crisis in Healthcare: moving the debate to bridge evidence and policy](#). International Journal of Health Planning and Management, v. 39, n. 3, p. 607-613, 2024.

Silveira, M.C., Cohen, N., Lotta, G. (2024). [Are Bureaucrats' Interactions with Politicians Linked to the Bureaucrats' Policy Entrepreneurship Tendencies?](#) Policy Studies Journal, Early view.

Estado moderno weberiano

Dominação racional-legal: ordens estatuídas, legalidade formal, direito codificado de emitir ordens (em contraste com as dominações tradicional e carismática)

- Obediência racional a estatutos
- Crença na legalidade da ordem e dos títulos daqueles que exercem a dominação
- Burocracia do Estado Moderno
- Ex.: agente tributário, gestor de agência pública

Dominação legal através do quadro administrativo

- Prerrogativas do dirigente são competências legais
- Funcionários livres, com contrato de trabalho, salário, carreira e profissão
- Obrigações objetivas, competências fixas, cargos hierarquizados
- Recrutamento universal conforme a qualificação
- Separação dos meios de administração
- Submissão a controle e disciplina

Burocracia

- Racionalidade dos processos
- Dominação baseada no conhecimento técnico
- Precisão, rotinas, continuidade, disciplina, rigor, confiabilidade, estrutura complexa de setores, fluxo previsível de processos
- Impessoalidade e regras formais
- Resultados são calculáveis

Burocracia e gestão de políticas

- Burocratas afetam políticas públicas
- Grupos de interesse competem (entre si e com os formuladores) para influenciar comportamento dos burocratas
- Burocratas podem obter recompensas
- Formuladores que nomeiam burocratas podem receber recompensas
- Delegação para burocratas implica riscos
- Reformas para restringir desvios da burocracia

Desdobramentos do debate no Brasil

- Patrimonialismo da herança colonial e burocratização nos anos 30
- Ineficiência e insulamento (anos 80)
- Administração pública gerencial (anos 90)
- Corrupção, accountability e controles horizontais
- Perspectiva da avaliação das políticas públicas (controle interno)

Controles internos:

avaliação, monitoramento, CGU

Controles externos:

Tribunais de Contas

Judiciário

Ministério Público

O ciclo delegação / *accountability*
(teoria *principal/agent*):

eleitorado – legislativo – executivo – burocracia

Riscos da delegação:

- “*adverse selection*” (*principals* não conseguem escolher os *agents* adequados)
- “*moral hazard*” (*principals* não conseguem fazer seus *agents* cumprirem fielmente o mandato)